



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Melhorar o regime de apoio judiciário, para assegurar os direitos e interesses legalmente protegidos por meio de processo judicial dos beneficiários

Em 2012, foi elaborado o novo regime de apoio judiciário, com vista a assegurar melhor os direitos e interesses legalmente protegidos por meio de processo judicial dos residentes. O âmbito processual do apoio judiciário abrange, para além dos residentes, as demais pessoas que reúnam os requisitos de permanência exigidos para a obtenção de apoio judiciário. Pode recorrer-se ao apoio judiciário tanto nos processos civis como administrativos, com vista a salvaguardar direitos e interesses legalmente protegidos e a reforçar ainda mais a equidade na sociedade.

Há muitas opiniões na sociedade sobre o apoio judiciário. Tenho recebido muitas opiniões sobre os honorários dos advogados, que são muito reduzidos e há anos que não sofrem qualquer ajustamento em consonância com a evolução da sociedade, sobre a morosidade dos procedimentos de verificação e aprovação do apoio judiciário, e ainda sobre os atrasos frequentes no pagamento dos honorários, sendo muito frequente os advogados receberem seis meses após a conclusão dos processos judiciais, ora, isto tem impacto quer na prestação de serviços quer na motivação em participar neste tipo de processos. Também as pessoas que necessitam, realmente, de apoio judiciário, sofrem algum impacto, por exemplo, se o patrono nomeado for substituído muitas vezes, é difícil obterem a devida protecção no decurso do processo. O Governo deve prestar mais atenção e melhorar o regime de apoio judiciário, para elevar, de forma continuada, a sua qualidade e eficiência, a fim de salvaguardar os



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

direitos e interesses legalmente protegidos por meio de processo judicial dos beneficiários, e concretizar plenamente a justiça judicial.

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. Os honorários do apoio judiciário não são ajustados há já dez anos. Assim, estão muito aquém dos praticados no sector da advocacia que, entretanto, se foi desenvolvendo, afectando a motivação do sector e impedindo, também, o melhoramento da qualidade dos serviços de apoio judiciário. Assim, o Governo deve, tendo em conta o desenvolvimento económico de Macau, aumentar os honorários em causa, para motivar os advogados e melhorar a qualidade dos serviços de apoio judiciário. O Governo vai fazê-lo?
2. Em Macau, os processos do apoio judiciário não são distribuídos pelos advogados consoante as circunstâncias reais dos casos, ou seja, são todos distribuídos aos advogados estagiários independentemente do seu grau de importância, por isso, alguns advogados ficam dispensados da prestação de serviços de apoio judiciário durante muito tempo. O Governo deve então rever e melhorar o regime de apoio judiciário, e ajustar o regime de nomeação de advogados, para salvaguardar os direitos e interesses legalmente protegidos por meio de processo judicial dos beneficiários e promover o desenvolvimento saudável do sistema judicial. O Governo vai fazê-lo?

12 de Maio de 2023

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Song Pek Kei